

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

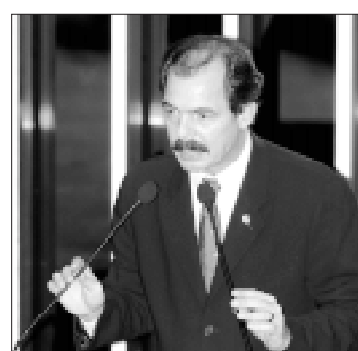
ANO IX – Nº 1.678 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 11 DE ABRIL DE 2003

## País deve propor ao FMI nova regra para superávit, anuncia Mercadante

Pela proposta, quanto maior for o crescimento do Produto Interno Bruto, mais o país deverá economizar, e vice-versa. Em apertes, líder do governo recebeu diversas manifestações favoráveis, inclusive da oposição

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante, anunciou que o Brasil vai propor ao Fundo Monetário Internacional (FMI) uma nova regra para a definição do seu superávit primário (receitas menos despesas, excluídos os gastos com juros da dívida). A idéia é que o superávit primário nas contas

públicas passe a ser vinculado ao Produto Interno Bruto (PIB): quanto maior for o crescimento da economia, maior será o superávit, quanto menor for o PIB, menos o país precisará economizar. Sete senadores, inclusive da oposição, solicitaram apertes para manifestar simpatia à proposta.



Roosevelt Pinheiro

Mercadante disse que proposta pode ser adotada a partir de 2005

PÁGINA 3



Célio Azevedo

### SEGURANÇA EM DEBATE

Secretária nacional de Justiça, Cláudia Chagas, ao lado dos senadores Edison Lobão e Tasso Jereissati, na Subcomissão de Segurança Pública

1

**Comissão avalia mudança nas execuções penais**

2

**Especialistas pedem rigor com crime organizado**

3

**Para Demostenes, pena deve inibir a criminalidade**

4

**Governo trata presos conforme a periculosidade**

PÁGINA 7



Jane de Araújo

Indicados para embaixadas foram sabatinados antes da aprovação unânime na Comissão de Relações Exteriores

### Transferência de BRs para estados tranca a pauta

Líderes do governo e da oposição não chegaram a acordo para votar a medida provisória que permite a transferência de trechos de rodovias federais aos estados.

Com isso, a pauta do Senado segue bloqueada.

PÁGINA 2



Roosevelt Pinheiro

**Jucá defende aumentos reais para o mínimo**

PÁGINA 3

### Diplomatas debatem com senadores formas de ampliar comércio exterior

Três indicações de diplomatas para embaixadas brasileiras foram aprovadas ontem, por unanimidade, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Os senadores acolheram as indicações de Carlos Augusto Rego Santos

Neves, Luiz Tupy Caldas de Moura e Pedro Paulo Pinto Assumpção para as embaixadas na Rússia, Panamá e Coréia do Sul, respectivamente. As mensagens presidenciais com as indicações seguem para

votação secreta em Plenário.

Durante a sabatina, os diplomatas debateram com os senadores integrantes da comissão formas de ampliar a participação do Brasil no comércio internacional, que hoje é de menos de 1%.

PÁGINA 4

# Interesses estaduais dificultam acordo sobre MP

Posição de governadores quanto à transferência de trechos de rodovias federais aos estados, segundo o líder do PMDB, Renan Calheiros, requer ação do presidente Lula em busca de entendimento

Os líderes das bancadas do governo e da oposição ainda não chegaram a um acordo sobre a medida provisória (MP) que permite a transferência para os estados de trechos de rodovias federais. O projeto de lei de conversão (alterações da Câmara ao texto original da MP) permanece obstruindo a pauta de votações do Senado, impedindo a apreciação de outras 17 medidas e mais seis projetos que tramitam em caráter de urgência.

Os interesses de estados no processo de estadualização das rodovias vêm dificultando o acordo, disse ontem o senador Renan Calheiros (AL), líder do PMDB no Senado. Ele informou que o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, deverá levar o assunto ao pre-

sidente Lula, para que um acordo seja "costurado".

Um dos pontos que desagradam os governadores é o que considera os recursos decorrentes da transferência como receita líquida dos estados. Dessa forma, sobre os recursos também incidiriam os 13% considerados para pagamento das dívidas dos estados com a União.

Outro ponto de discordância é a exigência, expressa pelo governador Germano Rigotto, do Rio Grande do Sul, de que a malha rodoviária seja recuperada antes da transferência. O Rio Grande do Sul foi um dos estados que já firmaram acordos de transferência de estradas federais e receberam recursos por isso. O governador alega que o repasse foi utilizado

para pagamento de pessoal.

As transferências das estradas deverão ser concluídas até 2006, com os estados recebendo 25% dos trechos a cada ano. O Ministério dos Transportes é que vai definir os segmentos da malha que vão para os estados. Rodovias consideradas estratégicas continuam com a União.

Entre as medidas provisórias que aguardam votação estão oito créditos extraordinários para os ministérios dos Transportes e da Integração Nacional e a MP que cria mecanismos de incentivo à redução da participação dos estados no sistema financeiro. Há ainda na pauta projetos de lei que agravam penas para crimes cometidos contra autoridades policiais e judiciárias.



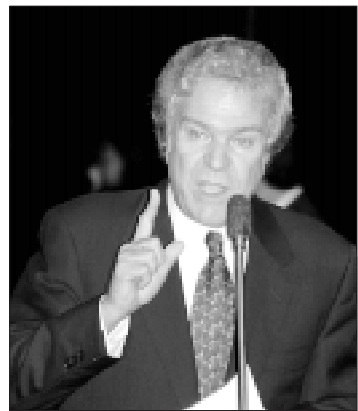
Ao lado de Sarney, Calheiros (D) afirmou que ministro José Dirceu levará o assunto ao presidente da República

## Minas terá prejuízo com transferência, diz Hélio Costa

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) disse ontem que a medida provisória (MP) que transfere trechos da malha rodoviária federal para os estados pode prejudicar Minas Gerais. Segundo o senador, o ponto da MP que mais desagradam aos mineiros é o que classifica como receita líquida o valor decorrente da transferência das estradas.

Hélio Costa explicou que o governo federal considera como receita líquida os R\$ 800 milhões liberados pela União para Minas Gerais, no ano passado, a título de ressarcimento pela manutenção feita pelo governo estadual em estradas federais. O estado de Minas Gerais, em decorrência do acordo de rolagem de sua dívida com a União, firmado em 1998, precisa pagar ao governo federal 13% de toda sua receita líquida.

Ainda segundo Hélio Costa, se a MP mantiver o texto atual, na prática a transferência dos recursos ressarcindo o estado pela manu-



Para Hélio Costa, haverá aumento da dívida de Minas Gerais, caso texto da MP seja mantido

tenção das estradas significaria aumento da dívida de Minas Gerais. O impacto nas contas do estado, que já gastou o dinheiro, seria da ordem de R\$ 100 milhões.

— O que ocorreu foi um ajuste de contas. O que houve foi uma transferência de capital, que não está sujeita à cobrança de 13% da renda líquida do estado para pagamento da dívida com o gover-

no federal — explicou.

Hélio Costa ressaltou que esse é o entendimento da Secretaria da Fazenda de Minas, apoiada no parecer de vários tributaristas. O senador afirmou que os R\$ 800 milhões repassados ao estado foram apenas reembolso pelo gasto com melhorias e manutenção das estradas federais e o valor foi utilizado para pagamento do 13º salário dos servidores estaduais.

— A dívida de Minas cresceu 200% em cinco anos: saltou de R\$ 11 bilhões para R\$ 33 bilhões, sem nenhum novo empréstimo junto ao governo federal — salientou, referindo-se ao período compreendido entre 1998 e 2003, após a rolagem da dívida do estado com a União.

O parlamentar mineiro fez um apelo aos líderes partidários, no sentido de negociarem o texto da MP, para que "encontrem um caminho que faça justiça a Minas Gerais".

## Almeida Lima pede decisão técnica quanto à nova refinaria

O senador Almeida Lima (PDT-SE) fez um apelo para que o governo apresente decisão transparente e técnica sobre o destino da nova refinaria da Petrobras, permitindo à sociedade brasileira discutir os dados e apresentar seus argumentos. Para ele,



Petrobras deve priorizar o Nordeste, diz Almeida Lima

a Região Nordeste reúne condições para reivindicar essa refinaria, até porque todas as demais unidades estão no Sul e no Sudeste.

Almeida Lima contestou ontem dados do presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, que disse não haver necessidade de nova refinaria antes de 2008, porque a capacidade instalada é de 1,9 milhão de barris/dia e a atual produção é de 1,5 milhão/dia. Em depoimento à Comissão Mista de Orçamento, na quarta-feira, Dutra garantiu que a decisão seguirá critérios de planejamento estratégico e não de ordem político-partidária.

Em aparte, o líder do PT, senador Tião Viana (AC), garantiu que

o governo adotará o planejamento estratégico para o setor energético, não havendo possibilidade de cometer o mesmo erro do governo anterior, que, alertado da possibilidade de haver colapso no abastecimento de energia com anos de antecedência, não tomou

providências necessárias.

### INVESTIGAÇÃO

Almeida Lima anunciou também o envio de ofício ao Ministério da Justiça pedindo uma investigação para proibir a venda das redes de supermercados Bom Preço e G. Barbosa, de Sergipe, para apenas um comprador.



### AGENDA

SEXTA-FEIRA, 11 DE ABRIL DE 2003

#### PLENÁRIO

9h — Sessão não deliberativa

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Paulo Paim  
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos  
1º Secretário: Romeu Tuma  
2º Secretário: Alberto Silva  
3º Secretário: Heráclito Fortes  
4º Secretário: Sérgio Zambiasi  
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza  
Serys Shessarenko  
Geraldo Mesquita Júnior  
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Lara Altafim, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino  
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo  
Arte: Cirilo Quartim  
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado. Poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

## Jucá propõe aumento real do salário mínimo até 2006

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) anunciou ontem que apresentou emenda à medida provisória que trata do aumento do salário mínimo para R\$ 240, a partir de 1º de abril deste ano. A emenda garante aumentos reais de 10% acima da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) nos anos de 2004, 2005 e 2006.

Na justificativa da proposta, Jucá lembra que, embora o salário mínimo de R\$ 240 represente um aumento nominal de 20% em relação ao mínimo vigente de R\$ 200, na prática os trabalhadores tiveram ganho real de apenas 1,85%, uma vez que o INPC dos últimos 12 meses, apurado pelo Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), alcançou 17,82%.

Ao reajustar o salário mínimo para R\$ 240 em 2003, afirmou o senador, o presidente Lula estabeleceu um valor que é o menor, em dólares, desde 1995. Os R\$ 240



Romero Jucá apresentou emenda que garante aumentos de 10% a partir do ano que vem

correspondem a US\$ 73, menos até do que os US\$ 78,56, concedidos pelo governo Fernando Henrique no auge da crise financeira internacional de 1999.

### GASOLINA

Jucá protestou contra decisão da Petrobras de não baixar os preços do óleo diesel, gás de cozinha e gasolina, apesar da possibilidade concreta de os preços internacionais do petróleo baixarem com o fim da guerra do Iraque e da estabilidade dos preços do dólar.

## Suassuna faz sugestões para melhorar Fome Zero

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu o Fome Zero, mas apontou erros e propôs sugestões para seu aprimoramento. Ele afirmou que a subcomissão do Senado que acompanha o programa, da qual participa, apóia o Fome Zero, mas irá também apontar suas falhas para que mais rapidamente ele atinja seus objetivos.

Para Suassuna, o saldo da experiência acumulada no governo Fernando Henrique não pode ser desprezado. Citou programas como o Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) e o de Benefícios para Idosos e Portadores de Necessidades Especiais como iniciativas que devem ser avaliadas.

Ney Suassuna afirmou que apenas o programa Bolsa-Alimentação distribuiu 1,9 milhão de cheques para mães de família.

O senador mencionou também um programa instituído em Guaruva (PR), que gerou 2 mil postos de trabalho diretos em menos de dois anos. Segundo ele, se implantado no Brasil, em pouco tempo poderia gerar de 4 milhões a 5 milhões de empregos. Essa iniciativa, enfatizou, tem como referência o Programa de Garantia de Renda Mínima apresen-



Ney Suassuna diz que experiências do governo anterior não podem ser desprezadas

tado há 12 anos pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

Ressaltando que o Fome Zero "merece o aplauso de todos", o parlamentar apontou algumas falhas em sua implantação, como o grande estardalhaço publicitário feito no lançamento do programa piloto nos municípios piauienses de Acauã e Guaribas.

Em apartes, Leomar Quintanilha (PFL-TO) observou que o programa passa pela correção da "perversa desigualdade regional"; Mão Santa (PMDB-PI) destacou que "a Justiça é o pão que mais os brasileiros necessitam"; Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) afirmou que o programa deve ser incrementado; e Eduardo Suplicy disse que o melhor programa de renda mínima é aquele que garante uma renda incondicional a todos os cidadãos.

## Mercadante quer mudar regras para o superávit

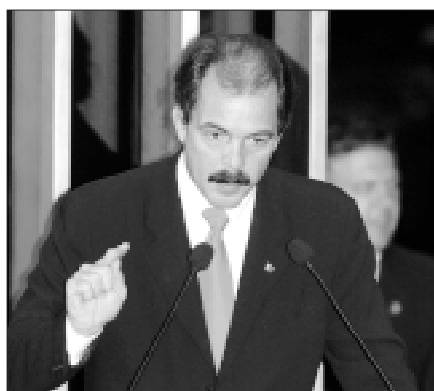
Percentual deverá ser maior se a economia crescer, e menor em caso de redução do PIB, conforme sugere parlamentar

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) anunciou que o governo brasileiro vai negociar com o Fundo Monetário Internacional (FMI) uma nova forma para a definição do seu superávit primário (receitas menos despesas, excluídos os gastos com juros da dívida). A proposta é que o superávit primário nas contas públicas passe a ser indexado ao Produto Interno Bruto (PIB).

Ou seja, quanto maior for o crescimento da economia, maior será o superávit. Quanto menor for o PIB, menos o país precisará economizar. É o que se chama de superávit primário estrutural anticíclico.

Como o governo precisa reduzir a proporção da dívida pública em relação ao PIB, essa economia de receitas tem sido usada para pagar os juros da dívida pública. O superávit primário pode ser aumentado basicamente de duas formas: com o aumento da arrecadação de impostos e com maiores cortes nos gastos previstos no Orçamento da União.

— Esse método poderia contribuir para que as economias, especialmente as economias em desenvolvimento e as economias com restrições severas em seu balanço de pagamentos e no equilíbrio das contas públicas, possam honrar seus compromissos, mas



Proposta de Aloizio Mercadante recebe o apoio de vários senadores em Plenário

também possam ter perspectiva de superação da crise e de desenvolvimento sustentável — justificou Mercadante.

O senador lembrou que vem defendendo a proposta desde a campanha eleitoral. Destacou que intelectuais de prestígio internacional e economistas brasileiros, como o ex-presidente do Banco Central Armínio Fraga, também concordam com a idéia, que inclusive já está começando a ser adotada em países como o Chile, a Espanha e a França.

Apesar de a equipe econômica ter concordado com a proposta, Mercadante explicou que o governo não pretende adotá-la já em 2004. Ele explicou que, antes, a intenção é debater o assunto com o FMI e outros organismos multilaterais e tentar conseguir o apoio de algumas nações de maior poder econômico. A intenção é introdu-

zir o assunto nas Leis de Diretrizes Orçamentárias de 2005 e 2006.

### UNANIMIDADE

Todos os sete senadores que solicitaram aparte aplaudiram a iniciativa de Mercadante em trazer o assunto para discussão no Plenário. Edison Lobão (PFL-MA) disse estar de acordo com a idéia e que ela poderá beneficiar a economia do país. Romero Jucá (PSDB-RR) afirmou que o Senado poderia contribuir, posicionando-se a favor da proposta.

Renan Calheiros (PMDB-AL) garantiu que o seu partido colaborará no que for possível para aprofundar o debate sobre a proposta. Rodolpho Tourinho (PFL-BA) sugeriu que o governo ofereça algum benefício aos estados para que eles também participem da construção do superávit primário. Sibá Machado (PT-AC) destacou a atuação de Mercadante no enriquecimento dos debates travados no Senado.

Em nome do PSDB, Arthur Virgílio (AM) antecipou que a idéia merece respeito e que seu partido irá analisá-la com interesse. Tião Viana (PT-AC) ressaltou que a iniciativa demonstra profundidade e consistência do governo Lula. O orador que sucedeu Mercadante na tribuna, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), afirmou que, se a proposta for efetivada, o país terá alívio nas suas contas.

## Capiberibe elogia "cautela" do governo

Os 100 dias do governo Luiz Inácio Lula da Silva, completados ontem, motivaram reflexão do senador João Capiberibe (PSB-AP). Não obstante a expectativa de mudanças socioeconômicas profundas por parte substancial da sociedade brasileira, conforme assinalou, Capiberibe elogiou a "paciência e cautela" do governo e dos partidos aliados na condução do país.

— Três meses após a posse de Lula, vemos, de um lado, a permanência dos acordos e contratos internacionais e, de outro, o governo mobilizando o que lhe resta de munição (recursos para investimento) depois da onda neoliberal — comentou.

Uma das principais mudanças de rota em relação ao governo passado seria, segundo afirmou, a retomada do papel do Estado como indutor do desenvolvimento econômico. Em vez de financiar empresas estrangeiras no processo de privatização, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) passaria a carrear recursos para a produção nacional e a infra-estrutura. Capiberibe disse ainda que os bancos públicos e as agências de fomento regional dispõem de recursos que, submetidos a um controle social e a uma política de aplicação clara, podem ajudar a expandir a economia.

Sobre o processo de crescimen-



João Capiberibe aponta mudanças positivas nos 100 dias do governo Lula

to econômico, o senador sustentou que não se deve apartar de uma política de melhor distribuição de renda. Também destacou a firmeza da postura do governo petista frente ao conflito do Iraque.

# Comissão aprova novos embaixadores para Rússia, Panamá e Coreia do Sul

Mensagens presidenciais com os nomes para as três embaixadas são acolhidas por unanimidade pelos senadores da CRE, e devem ainda ser submetidas ao Plenário

Os senadores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovaram por unanimidade as indicações dos diplomatas Carlos Augusto Rego Santos Neves, Luiz Tupy Caldas de Moura e Pedro Paulo de Assumpção para os cargos de embaixadores do Brasil na Rússia, Panamá e Coreia do Sul, respectivamente. As mensagens presidenciais com as indicações seguem para votação secreta em Plenário.

Santos Neves fez relato histórico sobre a Rússia. Ele destacou que a derrocada do Estado soviético levou o país a resultados catastróficos. A radicalização do liberalismo, na época do presidente Boris Yeltsin, afirmou, levou à fome e à miséria.

O diplomata ressaltou, porém, que com a ascensão do presidente Vladimir Putin, em 2000, a situ-



Suplicy (C) preside a audiência com os diplomatas Carlos Augusto Rego Santos Neves (E), Pedro Paulo de Assumpção e Luiz Tupy Caldas de Moura (D)

ação no país se acalmou e, com o petróleo como principal produto, a economia voltou a crescer cerca de 5% ao ano.

De acordo com o Itamaraty, nas relações comerciais com a Rússia o Brasil tem superávit de mais de US\$ 700 milhões. Açúcar e carnes suína, bovina e de aves compõem a pauta de exportações para a Rússia.

Caso tenha seu nome aprovado pelo Senado, Santos Neves terá como primeira missão organizar a visita do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Luiz Fernando Furlan, a Moscou, prevista para junho.

## PANAMÁ

Indicado para a embaixada no Panamá, Caldas de Moura enfatizou as relações econômicas da-

quele país. Segundo o diplomata, cerca de cem empresas brasileiras têm relações com a economia panamenha, o que contribuiu para um superávit favorável ao Brasil de US\$ 51 milhões no primeiro semestre de 2002. Ainda assim, as trocas comerciais entre Brasil e Panamá são pequenas.

## COREIA DO SUL

A pujança econômica da Coreia do Sul foi a base da exposição do diplomata Pinto Assumpção, indicado para chefiar a embaixada naquele país. O progresso da Coreia do Sul, afirmou, baseou-se na educação, que facilitou a fabricação de produtos com alto valor agregado nas áreas de informática, química e indústria farmacêutica. Assim, disse, das 500 maiores empresas do mundo, segundo a revista *Forbes*, 198 são coreanas.



Sibá Machado defende a participação de forças sociais e militares em defesa da região

## Reforma agrária pode proteger Amazônia, diz Sibá

O senador Sibá Machado (PT-AC) defendeu a realização de uma reforma agrária que altere o modelo agrícola, combinada com uma política agressiva de aproveitamento da biomassa da região, como a maneira mais eficaz para combater qualquer possibilidade de internacionalização da Amazônia. O processo, segundo ele, seria coordenado por forças sociais, inclusive o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e pelos militares, com capacidade de gerar um "núcleo de unidade do povo capaz de enfrentar uma intervenção externa".

De acordo com Sibá Machado, apesar de a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, haver assegurado que não há fundamento na notícia veiculada pela Internet sobre a existência de publicação adotada em escola norte-americana que exibia a região amazônica como área internacional, "já em 1919 o então presidente Epitácio Pessoa foi peitado pelo presidente dos Estados Unidos Woodrow Wilson", que exigiu "a internacionalização da Amazônia".

Baseando-se em reportagem do jornalista Beto Almeida, intitulada "Amazônia e a alienação da mídia", publicada no jornal *Pátria Latina*, o senador relacionou declarações de políticos como Margaret Thatcher, ex-primeira-ministra britânica, de seu sucessor John Major e do ex-vice-presidente norte-americano Al Gore, entre outros, defendendo o projeto de internacionalização da Amazônia.

Ainda segundo a reportagem, "as campanhas de ecologistas internacionais a que estamos assistindo sobre a região amazônica estão deixando a fase propagandística para dar início a uma fase operativa que pode definitivamente ensejar intervenções militares diretas sobre a região".

## Senadores discutem formas de ampliar comércio exterior

A partir de pergunta do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), os senadores e diplomatas presentes à reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) promoveram debate sobre formas de o Brasil ampliar sua participação no comércio exterior. O Brasil responde por menos de 1% do total das trocas comerciais internacionais. Para melhorar o quadro, os diplomatas defenderam a presença mais ordenada do governo na definição de um modelo produtivo que considere os mercados externos.

Para o diplomata Carlos Augusto Rego Santos Neves, as exportações brasileiras estão estacionárias porque o país vem se transformando em um exportador de produtos naturais ou minimamente elaborados.

O diplomata Pedro Paulo Pinto de Assumpção disse que o governo deve apoiar empresas em áreas estratégicas a se organizarem de forma eficaz. Ele apresentou a Coreia do Sul como modelo de dinamismo nas trocas comerciais.

O diplomata Luiz Tupy Caldas de Moura disse que falta ao país um modelo de desenvolvimento



Pergunta de Tourinho motivou debate sobre a participação brasileira no comércio mundial

que leve em consideração a competitividade do país no comércio exterior.

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) se mostrou preocupado com a pirataria de produtos com origem na Coreia do Sul.

## BRASILEIROS

O vice-presidente da CRE, senador Marcelo Crivella (PL-RJ), sugeriu que o Brasil amplie os investimentos nos serviços consulares. Ele argumentou que entre 2 milhões e 2,5 milhões de brasileiros moram fora do país e são responsáveis por remessas de US\$ 5 bilhões para o Brasil.

Os senadores Gilberto Messtrinho (PMDB-AM) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) elogiaram o preparo e o desempenho dos diplomatas.

## Diplomata afirma que EUA querem a ONU no Iraque

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senador Eduardo Suplicy (PT-SP), distribuiu na reunião de ontem documento em que a embaixadora dos Estados Unidos no Brasil, Donna Hrinak, responde às perguntas feitas pelos senadores na reunião do dia 3. Na ocasião, alegando compromissos, Hrinak não respondeu às questões formuladas pelos senadores.

No documento, a embaixadora afirma que os Estados Unidos têm intenção de trabalhar em "estreita parceria" com a Organização das Nações Unidas (ONU) na reconstrução do Iraque e transferir o governo para os iraquianos "o mais breve possível". Para isso, continuou, o Conselho de Segurança da ONU deve elaborar resoluções.

Sobre o petróleo, Hrinak diz que a produção e a comercialização do produto devem passar rapidamente para a administração de uma autoridade iraquiana. "Estamos na expectativa do dia em que a riqueza gerada pelo petróleo do Iraque seja usada para atender as necessidades da população e não desperdiçada em armas de destruição em massa, palácios sun-



Donna Hrinak respondeu por escrito às perguntas de senadores feitas na semana passada

tuos e guerras de agressão aos vizinhos", afirma Hrinak.

## PALESTINA

A embaixadora diz ainda que os Estados Unidos defendem a constituição de um Estado palestino comprometido com o fim do terrorismo e com a paz com Israel. Por outro lado, continua, Israel deve tomar medidas para acabar com o sofrimento e a humilhação diária dos palestinos.

Hrinak, em resposta a pergunta do senador Hélio Costa (PMDB-MG), afirma que os Estados Unidos têm a imprensa mais livre do mundo e que o debate sobre a guerra no Iraque é "aberto e vibrante". Para isso, lembra, o Pentágono permitiu que jornalistas fossem incorporados a unidades militares.

Convite aprovado ontem pela CAS foi sugerido pelo seu presidente, Romeró Jucá (E)



Roque de Sá

## Ministro debaterá projeto que amplia ações do SUS

CAS deseja ouvir Humberto Costa sobre viabilidade de sistema prestar serviços de prevenção e tratamento médico e odontológico

O ministro da Saúde, Humberto Costa, deve comparecer à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para falar sobre a viabilidade técnica e orçamentária de o Sistema Único de Saúde (SUS) vir a prestar serviços de prevenção e tratamento médico e odontológico em todas as unidades hospitalares e instituições conveniadas.

O convite ao ministro, aprovado ontem por unanimidade, foi apresentado pelo presidente da CAS, senador Romero Jucá (PSDB-RR), para quem o comparecimento do ministro é

necessário e tem por objetivo instruir projeto de lei da Câmara em análise na comissão, que trata da matéria. A data da audiência ainda será marcada.

O senador Edison Lobão (PFL-MA), relator da proposta, apresentou substitutivo ao projeto original ampliando a obrigatoriedade, para que o SUS preste, também, serviço de prevenção e tratamento em todas as especialidades médicas reconhecidas, e não apenas na área odontológica.

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), apesar de reconhecer os

méritos da proposta, teme que o SUS não tenha os recursos necessários para garantir, na prática, a universalização da saúde, conforme determina o substitutivo de Edison Lobão.

A mesma preocupação demonstrou a senadora Patrícia Saboya (PPS-CE). Para a senadora, é necessário saber qual será o impacto financeiro no SUS, caso o projeto se transforme em lei. Ela sugeriu que a proposta seja enviada ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

## Proposta que disciplina o naturismo vai ao Plenário

Estados, municípios e Distrito Federal poderão ter áreas destinadas à prática do naturismo, conforme estabelece projeto de lei da Câmara dos Deputados acolhido ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), com base em parecer do senador Sibá Machado (PT-AC). A matéria vai ser submetida ainda ao Plenário do Senado.

O naturismo, observou o senador, "é uma forma de vida ao ar livre em

que se utiliza o nudismo para o desenvolvimento da saúde física e mental de pessoas de qualquer idade, por meio de sua plena integração com a natureza".

Conforme a proposição, de autoria do deputado Fernando Gabeira, caberá ao poder público autorizar áreas exclusivas para os adeptos desse modo de vida em praias, sítios, fazendas, clubes, espaços para campismo ou esportes aquáticos, e unidades hoteleiras e similares.

## Prática chegou na década de 40

O naturismo surgiu na Europa e vem se desenvolvendo no Brasil desde a década de 40. Segundo a Federação Brasileira de Naturismo (FBN), em torno de 250 mil pessoas são adeptas no país. Em 1986, a Praia do Pinho (SC) oficializou a prática e tornou-se a primeira destinada ao nudismo do Brasil. Hoje, são sete praias oficiais em todo o território nacional – Tambaba (PB), Barra Seca (ES), Praia do Pinho (SC), Olho de Boi (RJ), Massarandupió (BA), Pedras Altas e Galheta (SC). Em muitas outras áreas desertas a prática do nudismo é aceita, embora não seja oficializada.

A atriz capixaba Dora Vivácqua, conhecida como Luz Del Fuego, foi a grande incentivadora dessa prática no Brasil, chegando a fundar, em 1951, uma colônia de naturismo na Ilha do Sol, na Baía de Guanabara (RJ).

## Filho de vítima de carta-bomba deve receber pensão

Por unanimidade, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem mensagem presidencial concedendo pensão especial a Luiz Felipe Monteiro Dias, filho de Lyda Monteiro da Silva, a secretária da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seção do Rio de Janeiro. Ela morreu em agosto de 1980 ao abrir uma carta-bomba endereçada ao então presidente da instituição, Eduardo Seabra Fagundes. O valor da pensão mensal vitalícia será de R\$ 500,00.

Para o relator da matéria, senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL), o benefício é justo. Segundo explicou, trata-se de uma indenização que o Estado brasileiro reconheceu em virtude de a mãe de Felipe ter sido morta por ato de violência criminosa, "cuja significação, em termos de desafio às instituições nacionais, nunca foi posta em dúvida". A matéria segue agora para votação no Plenário do Senado.

## Uso de jato de areia pela indústria pode ser proibido

Na reunião de ontem, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou substitutivo do senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) a projeto da Câmara dos Deputados que proíbe em todo o país o uso de sistemas de jateamento de areia a seco. O projeto será encaminhado ao exame do Plenário.

De acordo com o parecer, o sistema deverá ser substituído por outros, desde que não causem poluição nem tragam risco à saúde. O jateamento de areia a seco é usado, principalmente, na limpeza e preparação de cascos de navios e de chapas para montagem e pintura.

Segundo Juvêncio da Fonseca, esse processo é um dos principais responsáveis pela incidência da



Roque de Sá

Juvêncio da Fonseca destaca os riscos para a saúde do trabalhador que utiliza o sistema

pneumoconiose, doença de caráter tipicamente ocupacional que afeta trabalhadores dos setores da construção civil, mineração, beneficiamento de minerais e das indústrias de transformação – cerâmicas, fundições e vidrarias.

## Renan quer reajuste menor para os planos de saúde

A proximidade da data-base de reajuste dos planos de saúde, em maio, levou o líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL), a pedir ao governo federal que autorize um índice de correção "bem abaixo" da inflação. "O sistema atual dos planos de saúde está custando caro ao Brasil. E já se sabe quem está pagando a conta: a população", afirmou ele.

No ano passado, lembrou Renan, o aumento autorizado foi de 7,69%. Com a mudança do cenário econômico, ele teme que a próxima majoração seja superior a 7%. E alerta que, com a inflação acumulada beirando os 16%, se for concedido índice semelhante de reajuste o impacto no Índice de Preços ao Consumidor Ampla (IPCA) será de 0,18%.

Com base em levantamento da consultoria Towers Perrin com 20 empresas de planos de saúde coletivos, o líder peemedebista revelou que a maioria dos reajustes que vêm sendo praticados pelo setor superou a inflação acumulada, variando entre 10% e 30%. Não bastasse a correção anual legal, muitos usuários ainda têm de enfrentar "aumentos pesados" quando da mudança de faixa etária, que, em alguns casos, ul-

trapassariam os 200%.

POLÍTICA

Segundo Renan Calheiros, que classificou o setor como uma "área de enorme relevância social", os planos de saúde merecem uma política diferenciada de acompanhamento. Além da revisão da política de reajustes, defendeu o senador, o poder público deve ser capaz de harmonizar a capacidade de o consumidor honrar as mensalidades com a fixação de um piso mais digno dos honorários profissionais e a cobertura dos custos das empresas de medicina privada.

O senador por Alagoas apontou a necessidade de serem feitos ajustes na atuação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), para que ela dê prioridade à defesa do consumidor e se evite a "mercantilização" da saúde.

Os planos de assistência privada de saúde atendem mais de 41 milhões de brasileiros, que, segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), destinam, em média, 45,5% do seu orçamento para custear despesas do gênero. O setor movimentará cerca de R\$ 23 bilhões por ano e tem faturamento anual de cerca de R\$ 5,5 bilhões.



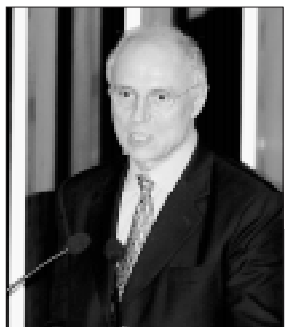
Roosevelt Pinheiro

Renan Calheiros afirma que últimos aumentos no setor superaram a inflação

# Suplicy defende estudos sobre Primeiro Emprego

Senador recomenda ao governo federal que avalie experiência de programas semelhantes antes de lançar sua própria proposta

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), a partir de opiniões emitidas por economistas de diversos países, sugeriu ontem que o governo Lula da Silva leve em consideração programas já em execução antes de definir o Programa Primeiro Emprego, por meio do qual as em-



Suplicy: validade de programas como esse tem sido debatida no mundo

presas que contratarem jovens trabalhadores com remuneração de até dois salários mínimos mensais poderão receber um crédito fiscal de R\$ 240 por mês.

— É importante que o governo Lula avalie exaustivamente as experiências existentes de programas de primeiro emprego considerando, inclusive, outros mecanismos de geração de emprego e

renda, especialmente aqueles que relacionam a renda com a oportunidade de educação, que creio são muito relevantes — afirmou Suplicy.

Entre os que defendem a expansão de subsídios ao trabalho, o senador destacou o economista Edmund Phelps, da Universidade de Colúmbia (EUA), para quem, se mais pessoas forem empregadas, menor será o custo para a sociedade, uma vez que diminuiria o envolvimento das pessoas com drogas, crimes e outros desvios. Partidário de opinião contrária a esse tipo de programa, segundo o senador, o diretor do programa de segurança socioeconômica da

Organização Internacional do Trabalho (OIT), Guy Standing, acredita que os subsídios ao emprego, sobretudo quando pagos diretamente às empresas, acabam sendo ineficazes no que diz respeito ao objetivo de se empregar mais pessoas, e podem resultar em concentração de renda.

Outro ponto abordado por Suplicy é que em diversos países desenvolvidos, como Estados Unidos e Reino Unido, instituíram-se nas últimas décadas formas de crédito fiscal que são pagos diretamente aos trabalhadores e não às empresas. Ele lembrou que esses programas utilizam o formato de imposto de renda negativo para complementar a renda dos trabalhadores. O senador destacou ainda que alguns estados brasileiros, como Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul, já trabalham com experiências desse tipo.

## Ana Júlia quer rediscutir modelo do setor elétrico

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) disse ontem que um novo modelo para o setor energético deve levar em conta que a energia pode ser fator fundamental para alavancar econômica e socialmente as regiões com potencial hidráulico



Ana Júlia: alíquotas mais justas de royalties para os estados produtores

para geração de energia elétrica. De acordo com a senadora, essa orientação coincide com o planejamento regional pretendido pelo governo Lula da Silva.

Ana Júlia propôs a definição de alíquotas mais justas no pagamento de royalties para os estados que, por terem capacidade de geração, são também mais atingidos por impactos socioambientais. Ela defendeu também a ampliação do leque de beneficiários na percepção dos royalties.

Atualmente, os royalties advindos da geração de energia elétrica são recebidos pelos municípios atingidos pelo reservatório, em função do lago que forma a represa geradora de energia, ex-

plicou. Mas muitos municípios abaixo da barragem também são atingidos, como ficou demonstrado no estado do Pará, onde “a instalação irresponsável de hidrelétricas” inundou grandes áreas e provocou o deslocamento de populações ribeirinhas e indígenas, sustentou.

A senadora ainda defendeu a incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) ou o seu sucessor, na discussão da reforma tributária, sobre a geração do produto e não no consumo.

O estado do Pará, um dos maiores produtores de energia elétrica do país, não fica com os recursos gerados por ela, argumentou Ana Júlia Carepa, acrescentando que a região amazônica, apesar do papel relevante na produção — cerca de 70 mil megawatts —, consome apenas 6% da energia gerada, enquanto que o Sudeste consome 63%.

## Fátima Cleide apóia vítimas de temporal

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) solidarizou-se ontem com as famílias desabrigadas e com o prefeito de Ji-Paraná (RO), atingida pelas fortes chuvas que há três dias caem sobre a região, deixando isolados por via terrestre Rondônia e Acre, além de vários municípios do Amazonas.

Os temporais causaram o rompimento da cabeceira da ponte sobre o Rio Machado, vital para o trânsito da BR-364, a principal do estado. A população está nas ruas, carregando pedra e areia para tentar conter as águas e minimizar o sofrimento dos que tiveram que deixar suas casas.

Fátima Cleide agradeceu ao ministro dos Transportes, Anderson Adauto, que anunciou a liberação de verbas emergenciais para recuperar a ponte, que permite o transporte de mercadorias e produtos agrícolas para a capital, Porto Velho.



Fátima agradece verbas liberadas pelo governo federal



Gerardo Mangabeira

## SARNEY RECEBE MINISTRO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, disse ontem, após audiência com o presidente do Senado, José Sarney (foto), ser favorável aos entendimentos que o governo federal realiza com países interessados em alugar a Base Aeroespacial de Alcântara, no Maranhão. Ele acrescentou que, como presidente do Senado e político maranhense, Sarney recebeu com satisfação essa informação.

— Nós queremos consolidar a base do ponto de vista aeroespacial, provocando o desenvolvimento da indústria aeroespacial brasileira, para melhorar as condições de vida da população local — declarou o ministro.

Sobre a nacionalização da ciência no Brasil, principal tema da audiência, o ministro afirmou ter comunicado a Sarney que essa é a nova política do seu ministério. Ele pretende fazer com que a ci-

ência, a tecnologia e os resultados positivos delas decorrentes sejam entendidos a todo o país, em benefício da população.

Roberto Amaral defendeu a criação de núcleos de excelência no Nordeste, no Centro-Oeste e na Amazônia, assim como a atração de cursos e professores para as regiões mais carentes do país, de forma que a ciência, hoje desenvolvida nos centros mais importantes, possa chegar a todas as universidades brasileiras.

### FÓRUM DAS ÁGUAS

Sarney recebeu ontem o secretário executivo do Fórum Internacional das Águas, José Roberto Ramos, e o presidente da Associação Rio-grandense de Imprensa, Ercy Pereira Torma, acompanhados dos senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Paulo Paim (PT-RS), e recebeu informações sobre o encontro, que será de 8 a 11 de outubro, em Porto Alegre.

## Garibaldi elogia debate na Subcomissão de Segurança

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) informou ontem que a Subcomissão Permanente de Segurança Pública, vinculada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), ouviu de manhã valiosos depoimentos, e que o Senado pode esperar



Garibaldi defende mutirão para combater a violência no país

grande contribuição da subcomissão na discussão do tema.

Participaram da audiência o ex-secretário nacional antidrogas no governo Fernando Henrique e juiz aposentado do Tribunal de Alçada Criminal do Estado de São Paulo, Wálter Fanganiello Maierovitch; o procurador-geral de Justiça do estado de São Paulo, Luiz Antônio Guimarães Marrey; a secretária nacional de Justiça, do Ministério da Justiça, Cláudia Maria de Freitas Chagas; e o coronel

da reserva da PM de São Paulo, José Vicente da Silva Filho, consultor do Instituto Fernand Braudel (SP).

Segundo Garibaldi, a audiência lhe deu “a firme constatação” de que é preciso fazer um verdadeiro mutirão para combater a violência no país.

O senador afirmou que o Plano Nacional de Segurança Pública foi apresentado pelo Poder Executivo sem que fossem ouvidos o Judiciário e o Legislativo, e sem a devida participação dos governos estaduais.

Seu pronunciamento contou com apertes dos senadores Almeida Lima (PDT-SE), Alberto Silva (PMDB-PI) e Mão Santa (PMDB-PI).

# Senadores analisam mudança na execução penal

Tasso Jereissati informa que a Subcomissão Permanente de Segurança Pública examinará projeto na terça-feira, para que seja votado no dia seguinte na CCJ e, possivelmente, também no Plenário



Demostenes Torres afirma que endurecimento não significa desrespeito aos direitos humanos



Para César Borges, legislação não pode favorecer mais o criminoso do que a sociedade

## Demostenes: é preciso coragem para enfrentar crime organizado

O relator-geral da Subcomissão Permanente de Segurança Pública, senador Demostenes Torres (PFL-GO), afirmou ontem, durante a reunião que analisou mudanças na Lei de Execução Penal e o Plano de Segurança Nacional, que as autoridades precisam armar-se de coragem para enfrentar o crime organizado.

— Se é preciso implementar leis penais mais duras, teremos que fazê-lo — disse o senador, observando que “esse endurecimento não significa desrespeito aos direitos humanos, mesmo porque os países que mais respeitam os direitos humanos têm uma legislação duríssima”.

Após a exposição de quatro especialistas na área de segurança, Demostenes posicionou-se contra mudanças na legislação que visem facilitar o acesso de detentos perigosos ao regime de progressão da pena. Para ele, ao contrário do que

muitos apregoam, a pena não serve somente para recuperar, mas também para punir e inibir a criminalidade.

Já o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) manifestaram preocupação com os recursos necessários para modernizar os sistemas de segurança. Garibaldi quer que a reforma penal receba o mesmo tratamento dado às reformas tributária e previdenciária. Serys lembrou o papel do Congresso no direcionamento desses recursos.

César Borges (PFL-BA) concordou com os especialistas, argumentando que a legislação não pode favorecer mais o criminoso do que a sociedade. “A situação é grave e precisa ser enfrentada”, disse. Ney Suassuna (PMDB-PB) e o presidente da subcomissão, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), atentaram para a importância do trabalho.

O presidente da Subcomissão Permanente de Segurança Pública, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), informou que o grupo recolherá e consolidará até a próxima terça-feira as contribuições dos senadores para o projeto que altera a Lei de Execuções Penais. Ontem, a subcomissão ouviu quatro especialistas na área de segurança pública.

A matéria tramita em regime de urgência e deverá ser examinada pela subcomissão ao final da terça-feira. No dia seguinte, a proposta será analisada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), à qual a subcomissão está ligada. A intenção, revelou Jereissati, é que o projeto seja examinado no mesmo dia, à tarde, pelo Plenário do Senado.

Ele comunicou também que distribuiu toda a legislação que tramita na Casa sobre segurança pública em sete temas, que, assim subdivididos, serão analisados



Walter Maierovitch (com os senadores Edison Lobão e Tasso Jereissati) foi um dos especialistas ouvidos pela Subcomissão de Segurança Pública

pelos sete senadores titulares integrantes da subcomissão. Esses, por sua vez, terão cerca de 15 dias de prazo para entregar seus relatórios ao relator-geral da subcomissão, senador Demostenes Torres (PFL-GO). Caberá à CCJ votar o material, que depois será encaminhado ao Plenário.

Essa medida, explicou Jereissati,

facilitará o exame do projeto e vai agilizar a tramitação da matéria na Casa. “Estamos agindo de acordo com as circunstâncias que a situação brasileira exige”.

O senador anunciou a realização de reunião com o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, no próximo dia 24, para tratar de todos os assuntos da área.

## Especialistas querem rigor com presos perigosos

Três dos quatro expositores da reunião de ontem da Subcomissão Permanente de Segurança Pública salientaram a necessidade de o Brasil aprovar e implementar, com urgência, medidas que coibam a ação dos criminosos ligados a grupos organizados e ao narcotráfico. A principal idéia sugerida por eles é de que se trabalhe para romper os vínculos entre o preso e a organização criminosa a que pertence.

Os especialistas também defenderam, durante a reunião que debateu o Plano de Segurança Nacional, que a Lei de Execução Penal dificulte o acesso desses detentos e de outros considerados perigosos ao regime de progressão da pena como forma de conseguir a liberdade antecipada.

O procurador-geral de Justiça do estado de São Paulo, Luiz Antônio Guimarães Marrey, lembrou a morte recente de dois juizes para defender o agravamento das penas para criminosos perigosos. Ele considerou negativo o ponto do projeto de modificação da Lei de Execução Penal, em tramitação no Senado, que substitui o laudo criminológico — hoje elaborado por uma comissão técnica que analisa o comportamento do preso com vistas à progressão da pena — por um atestado de bom comportamento carcerário,

a ser emitido pelo diretor do presídio. Em sua opinião, a medida vai facilitar a corrupção e a liberdade de criminosos que oferecem risco.

Marrey manifestou apoio à idéia de uso de videoconferência para os depoimentos e sessões entre o juiz e o detento, citando como vantagens a economia de recursos e a não exposição excessiva dos presos. Também disse ser contrário à liberação indiscriminada das visitas íntimas e ao uso do celular pelos detentos, o que, segundo ele, deve ser enquadrado como falta grave.

Já o juiz Walter Maierovitch, do Tribunal de Alçada Criminal do estado de São Paulo, sugeriu que o Brasil observe, a título de exemplo, o Código Penitenciário e as medidas aplicadas pela Itália há dez anos. Lá, contou ele, foram adotados dois regimes prisionais: um de disciplina e outro de segurança máxima. No segundo, informou, o preso é observado por 360 dias e então o Ministério Público dá um parecer sobre o regime a ser adotado em relação a ele, mais brando ou mais rigoroso. “Isso tem dado certo”, assegurou Maierovitch.

O juiz criticou a legislação brasileira por permitir que criminosos de alta periculosidade requeiram a progressão do regime fechado para o semi-aberto e acabem ficando no

regime aberto, por falta de estrutura do sistema prisional. De acordo com a lei, explicou, o criminoso que já cumpriu um sexto da pena pode requerer o regime semi-aberto, que deve ser cumprido em albergues específicos. Como faltam albergues, esses presos passam ao regime de prisão-albergue domiciliar, sem supervisão, frisou. “A progressão da pena, da forma como é adotada hoje no país, leva à idéia de que todos podem se beneficiar dela, e isso não deveria ocorrer para os praticantes de crimes hediondos ou ligados ao crime organizado”, disse.

### RECURSOS E FRONTEIRAS

O coronel José Vicente da Silva Filho, consultor do Instituto Fernand Braudel, de São Paulo, concordou sobre a necessidade de intensificar o combate ao crime organizado, sugerindo que o governo invista recursos na modernização da Justiça, da polícia e do sistema prisional. Para ele, o modelo gerencial dessas estruturas é arcaico e precisa ser atualizado.

Silva também alertou para o descuido da segurança nas fronteiras brasileiras, recomendando que as Forças Armadas sejam aproveitadas para esse serviço. Ele lembrou que fronteiras desguarnecidas deixam o país mais suscetível à ação do crime organizado e do narcotráfico.

## Governo defende tratamento de acordo com periculosidade

A secretária nacional de Justiça do Ministério da Justiça, Cláudia Maria de Freitas Chagas, afirmou ontem na Subcomissão Permanente de Segurança Pública que o governo também tem uma postura de “endurecimento” com o crime organizado, visando à desvinculação total dos presos de suas respectivas organizações. Para ela, porém, é preciso que o Estado trate de maneira distinta os criminosos de alta periculosidade e aqueles que cometem crimes mais leves, buscando penas alternativas para estes e mudança nos procedimentos institucionais de diferenciação dos criminosos.

A secretária assinalou que a re-

gra atual é a de dar tratamento mais digno para o detento de pequenos crimes, concedendo-lhe alguns direitos, inserção em políticas públicas e reintegração social. Cláudia Chagas informou que a diretora do ministério da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, é a de promover mudança estrutural nas instituições judiciais, policiais e prisionais, para que possam recuperar a credibilidade. O ministério, explicou, é contrário à elevação da pena por si só.

— O crime organizado é uma exceção e como tal deve ser tratado — disse, pedindo que a sociedade e a mídia não atribuam *glamour* a criminosos.



Célio Azevedo

Papaléo Paes afirma que aeroporto maior estimulará o turismo no estado do Amapá

## Aeroporto de Macapá será modernizado

O senador Papaléo Paes (PTB-AP) festejou ontem a assinatura de acordo assinado pelo presidente da Infraero, Carlos Wilson, e o governador do Amapá, Waldez Góes, no último dia 31 de março, para a ampliação e modernização do aeroporto de Macapá, com a construção de uma nova pista de pouso e decolagem.

— Depois de quase oito anos de assinaturas de protocolos de intenções, jamais concretizadas, veremos sair do papel o tão desejado e necessário aeroporto para o nosso estado do Amapá, com características de aeroporto internacional — disse o senador.

Papaléo ressaltou que o potencial turístico do estado receberá impulso com a ampliação. “A área de livre comércio existente nos municípios de Macapá e Santana, cuja criação se deve à firme atuação do senador José Sarney, também receberá grande impulso desenvolvimentista, atraindo para o Amapá promissoras formas de geração de riquezas”, acredita o senador, que, quando prefeito de Macapá, liberou as áreas reservadas ao aeroporto e remanejou as populações lá instaladas “segundo critérios compatíveis com a cidadania”.

Em apartes, o senador José Sarney (PMDB-AP) elogiou a correção e a seriedade políticas de Papaléo Paes, além de reconhecer nele uma das mais importantes lideranças do estado. Renan Calheiros (PMDB-AL) disse que a bancada do PMDB espera contar com a competência de Papaléo Paes para produzir cada vez mais pelo bem do país. Duciomar Costa (PTB-PA) afirmou que o povo amapaense fez uma feliz escolha e deve estar orgulhoso dos representantes que tem no Senado.

# Secretário sugere garantias para a exibição dos filmes brasileiros

Proposta foi lançada por Juca Ferreira, representante do Ministério da Cultura, durante audiência pública na Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática

Durante audiência pública na Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática, ontem, o secretário-executivo do Ministério da Cultura (MinC), Juca Ferreira, defendeu o estabelecimento de políticas que garantam a distribuição e exibição de filmes brasileiros. No Brasil, advertiu, as duas atividades são monopolizadas por empresas norte-americanas, o que resulta em falta de espaço nos cinemas para a produção nacional.

De acordo com Ferreira, as empresas norte-americanas detêm 90% do mercado mundial de exibição e distribuição. A França, observou, conseguiu reverter o quadro com a intervenção do Estado, e o México implementou lei nesse sentido recentemente. Para o secretário, o Estado não pode investir só em produção de cinema. Dos 70 filmes produzidos no país no ano passado, ressaltou, apenas 32 serão exibidos.

— O Estado precisa ter uma política de defesa. No Brasil, cinema não é só entretenimento, é setor estratégico. O país precisa se ver nas imagens exibidas nas telas para ter consciência de si mesmo como nação — afirmou.

Juca Ferreira adiantou que o Ministério da Cultura pretende ter em seu área de atuação a Agência Nacional de Cinema (Ancine), mas admitiu que não



Célio Azevedo

Senadora Iris de Araújo, Juca Ferreira, Roberto Saturnino e Assunção Hernandes, durante audiência pública de ontem

há consenso sobre essa mudança. Quando a Ancine foi criada, a previsão era de que ela seria ligada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. A agência está hoje provisoriamente na Casa Civil.

O secretário acredita que a inclusão da Ancine no Ministério da Cultura poderá indicar a importância que a pasta terá no atual governo. Hoje o MinC tem apenas 0,2% do Orçamento federal, mas é intenção do ministro Gilberto Gil elevar essa participação para pelo menos 1%. Segundo Ferreira, investir em cultura é “priorizar a construção de uma identidade nacional”. Além disso, observou, cada real gasto na área cultural representa mais retorno em renda e emprego do que em outras formas de indústria.

## Mudança da Ancine para Ministério da Cultura não tem consenso

A presidente do Congresso Brasileiro de Cinema (CBC), Assunção Hernandes, debatedora na audiência pública, confirmou ontem que realmente não há consenso sobre a mudança da Ancine para o Ministério da Cultura, mas defendeu que todas as pessoas envolvidas na indústria cinematográfica sejam ouvidas.

Segundo Assunção, a maioria dos produtores entende que a Ancine deveria ficar com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Mas ela garantiu que qualquer decisão

do governo será apoiada.

Assunção lembrou emocionada as dificuldades pelas quais o cinema brasileiro passou na década de 90 e afirmou que a reconstrução da indústria cinematográfica no Brasil foi importantíssima. A presidente do CBC defendeu também maior diversidade regional no cinema brasileiro.

— O cinema é importantíssimo para construção de auto-estima do país. O cinema é como o mundo nos conhece. Temos que nos mostrar — frisou Assunção Hernandes.

## Senadores garantem apoio à defesa das produções nacionais

O presidente da subcomissão, Roberto Saturnino (PT-RJ), cumprimentou o representante do Ministério da Cultura pelo novo espírito que anima o órgão e afirmou acreditar que o Ministério da Cultura deverá receber apoio no Congresso no sentido de receber mais recursos orçamentários. Saturnino acredita que o Legislativo tem consciência de que a cultura é decisiva no processo de desenvolvimento.

Sérgio Cabral (PMDB-RJ) disse ontem que o papel do Ministério da Cultura deve ser o de estimulador e formador de platéias. O governo não deve, na sua opinião, tentar impor ações ao mercado, “que naturalmente não as aceitará”. Sérgio Cabral ressaltou que a Ancine está indo bem e que o governo Fernando Henrique Cardoso trouxe melhorias para o cinema brasileiro, por ter agido mais na indução e não no controle do mercado.

João Capiberibe (PSB-AP) defen-

deu uma iniciativa legislativa para regular a exibição de filmes, dando oportunidade ao mercado e ao consumidor para escolher os filmes que desejarem. Para o senador, o Brasil está encontrando um caminho próprio para resolver problemas, combinando “crenças neoliberais com soluções criativas”.

— Somos obrigados a ver filmes americanos. Não tenho direito, como consumidor, de assistir a outros filmes. Eu gostaria de assistir aos filmes indianos de Hollywood, filmes de outras regiões — observou Capiberibe.

Iris de Araújo (PMDB-GO) declarou ter aprendido muito com a audiência pública, solidarizou-se com a emoção demonstrada por Assunção Hernandes (*ver reportagem nesta página*) e afirmou que os parlamentares da subcomissão estão prontos a ouvir todos os lados, chegar a um consenso e encontrar a melhor solução para a cultura brasileira.



Jone de Araújo

Sérgio Cabral disse que recuperação do cinema nacional ocorreu no governo FHC



José Cruz

João Capiberibe defendeu leis para regular a exibição das produções nacionais

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Amir Lando, João Capiberibe, Luiz Otávio e pelas senadoras Iris de Araújo e Serys Slhessarenko